

Privatizações voltam ao radar do governo de MG

Após um semestre dominante na aprovação de projetos na Assembleia, Romeu Zema mira concessão de estatais para a iniciativa privada. Oposição promete embate contra projetos

Governo mineiro quer focar em privatizações



Reservatório Serra Azul, da Copesa: aliados esperam menor rejeição sobre o veto do estatal

Bruno Nogueira e Vinícius Priets

Após um primeiro mandato de dificuldades na articulação com os deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o governador Romeu Zema (Novo) mostrou seu lado político no primeiro semestre de 2023 e dominou as pautas que foram debatidas pelos parlamentares. Agora, foca de novo em minhar para a privatização de estatais como a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e a Companhia Energética (Cemig).

De acordo com levantamento feito pelo Estado de Minas com base nos dados disponíveis no portal do parlamento, dos 17 projetos apresentados pelo chefe do Executivo neste ano, oito vieram leis, o que é equivalente a 47% das suas propostas encaminhadas. O número é ainda mais expressivo quando comparados com os projetos de lei que foram promulgados nos primeiros sete meses da legislatura. Entre as 12 propostas aprovadas, nove são de interesse do poder Executivo, que teve facilidade em angariar votos ao possuir uma base de apoio de 57 deputados, sendo que apenas 20 fazem oposição.

O amplo apoio no Legislativo mineiro permitiu que Zema usasse em projetos marcados por polêmicas. Em março, ele solicitou que a mesa diretora da Assembleia propusesse um reajuste salarial para todo o primeiro escalão do Executivo. Já em apenas 10 dias de mandato o veredito foi resultante em quase 288%, o primeiro após 15 anos de congelamento.

Na mesma época tramitou o PL 388/23, que promoveu uma reforma administrativa, sob o justificativo de aperfeiçoar e otimizar a gestão pública. O projeto criou a Secretaria de Estado da Casa Civil, que acomodou o ex-deputado Marcelo Ary (PP), homem de confiança da gestão Zema. Ambos os projetos foram aprovados em pouco mais de um mês, confirmando a tese de que o governador estava mais forte.

Em entrevista ao Estado de Minas, o novo líder do governo, João Magalhães (MDB), avaliou o semestre como positivo e mostra a mudança na relação de Zema com os deputados. "Ele está mais próximo e experiente. Tem o compromisso de pautar os temas e deixar votar. Hoje o ambiente é muito melhor, com toda certeza", disse.

Já para o final do semestre, os deputados aprovaram o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PAF), Projeto de Lei (PL) 767/23, um dos requisitos para que Minas Gerais possa aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), tão criticado pelos deputados da oposição que apontam para o fato de que a medida seria danosa ao funcionalismo público por permitir o congelamento de salários e carreiras.

BANDEIRAS DOS PRÓXIMOS MESES

Com o domínio, o governo já prepara para hastear a bandeira das privatizações e mira a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copesa) e a Companhia Energética (Cemig). O tema já é defendido em eventos e entrevistas de membros do governo, segundo a risca a ideologia de estado mínimo promovida pelos partidos de direita e centro-direita.

João Magalhães afirmou que se reunirá com o secretário de Estado, Gustavo Valadares, para organizar e discutir as próximas pautas, com o intuito de facilitar a transição. Para o parlamentar, a proposta de privatizar a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e a Copasa terão menos apoio, mas a proposta de conceder a Cemig à iniciativa privada será de grande discussão.

"É uma empresa grande, tem diversas manifestações públicas. Vamos esperar para ver qual vai ser a modelagem, se o governo vai entrar com o rito normal, que seria fazer o referendo, ou se ele vai buscar alterar a Constituição [estatal] para tirar essa trava. Na próxima semana a gente deve sentar e discutir sobre isso, ver qual o melhor caminho e o que será defendido por nós", pontuou.

Para o líder de governo a privatização é um "caminho natural". Ele defende que o estado se torne mais "empuro" para que invista na assistência social, saúde, educação e segurança pública. O parlamentar citou os exemplos do Rio Grande do Sul e São Paulo como modelos a serem seguidos.

"Eu não vejo o Estado como um bom gestor empresarial, acho que deteca a máquina muito pesada", declarou. Ainda segundo o deputado, a eficiência da privatização dependerá de qual modelo adotado pelo governo. "Tem que ver qual vai ser a melhor modelagem para preservar os direitos de quem já está trabalhando e não haver demissões em massa."



GOVERNADOR ROMÉU ZEMA/ALMG - 76/2/23

APROVAÇÕES

Projetos do governo Zema apresentados em 2023 que viraram lei

PL 359/2023 - Lei: 24.358/2023 Transfere as competências da Fundação Educacional Cato Morlin (Fucam)

PL 358/2023 - Lei: 24.319/2023 Alterações no estatuto orgânico do executivo estadual, sob o justificativo de aperfeiçoar e otimizar a gestão pública

PL 767/2023 - Lei: 24.384/2023 Adotora o sistema de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor das unidades orçamentárias do judiciário de Minas Gerais

PL 747/2023 - Lei: 24.354/2023 Adotora o sistema de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Defensoria Público do Estado

PL 823/2023 - Lei: 24.397/2023 Adotora o sistema de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado

PL 822/2023 - Lei: 24.383/2023 Reajuste salarial de 12,84% aos servidores do Estado de Minas

PL 810/2023 - Lei: 24402/2023 Reforça o pagamento de aposentadoria e pensões de idosos do extinto MinasCato

Apoio no Legislativo permitiu que o governador aprovasse projetos polêmicos, como o reajuste para todo o primeiro escalão do Executivo

Embate aguardado na Assembleia

Para a deputada Renata Conquista (PT), do Bloco Democracia e Luta, o segundo semestre na ALMG será de debates intensos se o governo tentar avançar nas pautas de privatização. A petista atuou na elaboração e negociação de várias pautas de autoria do governador, mas acredita que de não terá êxito nas concessões.

"Esse esquema de não-Estado que eles tentam implementar porque a privatização não é para melhorar o serviço público. A privatização é para entregar barato ao poder econômico. A questão da privatização é para atender os interesses de quem banca politicamente esse governo e financiarmente", afirmou ao Estado de Minas.

Renata ainda destacou que a discussão ainda pode ser dificultada pelas eleições de 2024, mesmo não interferindo diretamente no mandato dos parlamentares. "Ele não vai conseguir, não vai ter vida fácil. Nós estamos na véspera da eleição Municipal, né? Todos os deputados têm vínculo no seus territórios", completou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3